



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1426

CAMPANHA DE NACIONALIZAÇÃO E REPRESSÃO NO VALE DO TAQUARI (RS)

Bibiana Werle
(UDESC)

Resumo. A Campanha de Nacionalização projetada pelo governo Getúlio Vargas durante o Estado Novo (1937-1945), foi um dos momentos em que a tensão entre “nós” e “eles” esteve presente na história do Brasil. Elaborada para construir uma versão da identidade nacional brasileira, as ações “nacionalizantes” de agentes do governo reprimiram diversas representações étnicas e culturais que não se enquadravam no perfil do considerado genuíno brasileiro. No caso especificado neste trabalho – os imigrantes alemães e seus descendentes – buscamos, através de fontes institucionais como termos de inspeção escolares, fonogramas e correspondências encontradas na Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil e jornais da região do Vale do Taquari, no Rio Grande do Sul, analisar a repressão a que este grupo étnico foi passível durante a Campanha de Nacionalização, agravada pela declaração de guerra do Brasil à Alemanha, em 1942. Situações como o fechamento de instituições de cunho étnico germânico, a proibição da fala em idioma alemão em ambientes como escolas, igrejas e bailes, assim como a prisão e tortura daqueles que fossem suspeitos de confabularem contra o governo, eram justificadas por representarem uma ameaça à unidade nacional. Através do conjunto de fontes anunciadas, é possível compreender a maneira como a nacionalização forçada dos anos 1930 e 1940 atingiu uma gama diversificada de instituições na região abordada, além de ter acirrado antagonismos entre os diferentes grupos étnicos locais.

Palavras-chave: Nacionalização; Identidade Étnica; Rio Grande do Sul

Introdução

Iniciada a partir do Decreto-Lei 383 assinado por Getúlio Vargas em abril de 1938, mas intensificada com o alinhamento brasileiro aos Aliados após o afundamento de navios brasileiros e a declaração de guerra entre Brasil e Alemanha em 1942, a Campanha de Nacionalização, tinha como objetivo a difusão de uma versão acerca da identidade nacional brasileira e, entre as ideias que orientaram as ações do Estado Novo para “nacionalizar” os brasileiros, estava a de dissolver a possibilidade de formação de enquistamento étnico nas regiões marcadas pela imigração no país.

Localizada no centro-leste do Rio Grande do Sul, a Região do Vale do Taquari, que integrou o processo colonizatório de imigrantes alemães por via das colônias particulares a partir de 1853 (AHLERT; GEDOZ, 2001), foi alvo da CN, durante o governo Vargas, através da intervenção estatal em associações e instituições recreativas e culturais de caráter étnico, na imprensa bilíngue e em escolas comunitárias, como também na repressão em situações cotidianas como o uso do idioma alemão. Apesar de atingir imigrantes e descendentes de italianos, japoneses e alemães no Brasil, estes foram o grupo étnico mais atingido pela campanha nacionalista, em razão da ideia de enquistamento provocada através da manutenção das instituições de cunho étnico, da preservação da fala em idioma alemão e dos casamentos intraétnicos estimulados pelo *Deutschtum*.

Traduzido como “germanidade” e significando a noção de etnicidade e de essência do povo alemão, o conceito de *Deutschtum* expressa “uma ideologia e uma prática de defesa da germanidade das populações de origem alemã” (GERTZ, 1991, p. 32). Juntamente com a expressão *Volkstum*, que remete à ideia de caráter e também de essência do povo, foi sendo construída a ideologia étnica do germanismo, que consiste em “um movimento intelectual surgido entre meados do século XIX e a década de 1940 entre indivíduos do grupo étnico alemão no Brasil [...]” (SILVA, 2005, p. 311). Na compreensão da identidade étnica teuto-brasileira pelos seus intelectuais, portanto, esta era apresentada como uma identidade dual que encontrava seu aporte principal no germanismo (a ideologia étnica) que, segundo Silva (2005, p. 311), “[...] não é apenas um movimento de valorização de um caráter, identidade ou modo de ser alemão, mas também tem suas origens numa concepção de unidade cultural germânica própria ao nacionalismo do século XIX”.

A concepção desta identidade hifenizada a partir da visão dos intelectuais do grupo étnico significava a necessidade de preservação da etnicidade alemã e, por isso, estabelecia quais seriam os elementos relativos a cada uma das identidades: a teuta e a brasileira. Combinava-se, então, o nacionalismo alemão (fundamentado no *jus sanguinis*, afirmando a ascendência e a lealdade aos costumes alemães) com o brasileiro (garantindo a lealdade política constitucional). Apesar de ferir o princípio jurídico brasileiro do *jus solis*, que previa o nascimento no território nacional ou a naturalização, Silva (2005, p. 315) explica que “Mais do que contrariar o princípio oficial, esta formulação proposta pelos germanistas ia de encontro aos fundamentos

ideológicos da brasilidade, pautados pela assimilação e eliminação das diferenças étnicas”. Dessa maneira, a identidade construída pelo germanismo foi sendo gestada ao longo da primeira república, envolvendo uma ideia de pluralismo étnico em que o grupo descendente manteve seus costumes, seu idioma, não deixando de participar da cidadania brasileira, o que envolvia os direitos e deveres adquiridos por diversas etnias imigradas ao Brasil, concedidos pela naturalização ampla através da Constituição de 1891.

A partir dos anos 1930, no entanto, o primeiro governo Vargas inseria o Brasil em um novo momento político nacional: em contraposição a Primeira República, que se caracterizava pelo liberalismo oligárquico e pela acentuada autonomia dos estados federais, o regime varguista pretendia unificar as partes da nação através de um governo centralizado e agente da modernização do país. Após o dez de novembro de 1937, quando decretado então o Estado Novo, muitos imigrantes no Rio Grande do Sul passaram a sofrer intensamente com perseguições, delações, readequação de escolas e fechamento de associações culturais e religiosas, além da proibição da fala em idioma alemão. Representada por autoridades como J. P. Coelho de Souza, secretário de educação, e Aurélio da Silva Py, chefe de polícia estadual, a Campanha de Nacionalização passou a efetivar-se em ação conjunta com delegados e subdelegados municipais, além da atuação de civis que delatavam teuto-brasileiros em função de rixas pessoais ou motivos escusos. A seguir, analisamos através de documentos institucionais e narrativas obtidas através da metodologia da História Oral, situações de repressão presentes em municípios do Vale do Taquari na década de 1940.

Cumprindo a Lei da Nacionalização: atos e efeitos

Seguindo o posicionamento político desde o início da Segunda Grande Guerra, o ano de 1940 ainda foi um período em que o governo Vargas expressava uma posição de neutralidade em relação ao conflito. Embora o acirramento das tensões entre o governo e as populações imigrantes fosse fortalecido no momento em que o Brasil alinhar-se-ia aos Aliados em 1942 e, por conta disso, intensificaria a repressão aos chamados “súditos do Eixo” (alemães, italianos e japoneses) no Brasil, os anos de 1940 e de 1941 tiveram acontecimentos nos quais as ações da

Campanha de Nacionalização alteraram, em certa medida, a trajetória de teuto-brasileiros do Vale do Taquari.

No que tange à educação, as ações da Campanha de Nacionalização foram intensificadas com a atuação de fiscais e demais autoridades locais que detinham a função de fiscalizar e controlar o cumprimento das medidas proibitivas decorrentes das normas estabelecidas. Em estudo realizado sobre a intervenção da política “nacionalizadora” na Comunidade Evangélica de Lajeado (CEL), bem como no Colégio Lajeadense¹, a historiadora Silvana R. Faleiro (2005) observa o papel desempenhado pelo Sínodo Rio-Grandense² nestas duas instituições ligadas à Igreja Evangélica de Confissão Luterana (IECLB) local. Segundo Faleiro (2005, p.49), o Pastor Dohms³, instruía as comunidades luteranas a obedecer estritamente às determinações do Estado, o que destruía a arquitetura do modelo comunitário de ensino baseada na autonomia.

Através dos registros encontrados nos livros de ata do Colégio Lajeadense e da CEL durante o período da Campanha de Nacionalização, Faleiro explica que tanto a direção do Colégio quanto a direção da CEL não compactuavam com as normas que precediam da documentação oficial, de modo que tentavam contornar da melhor forma a incompatibilidade das normas com a realidade que a escola mantinha. As portarias e correspondências recebidas pela Escola tratavam de reafirmar a ideia de que o Hino Nacional deveria ser entoado ao ser iniciado o turno de trabalho, por exemplo. Não compactuando, portanto, com as normas advindas da Secretaria de Educação e Saúde Pública, a escola foi fechada em 1940 por intermédio da Delegacia de Polícia local.

A pesquisa realizada por Faleiro (2005) demonstra que o intuito da Campanha de Nacionalização, pelo menos no que tange ao Colégio Lajeadense, era o de proibir o idioma alemão, de reprimir o desenvolvimento de uma identidade étnica teuto-brasileira que, mesmo sem intenção, se reformulava a todo o momento num ambiente propício para sua disseminação: a escola. A mudança no

¹ Atual Colégio Evangélico Alberto Torres – CEAT.

² Uma das primeiras estruturas eclesiais criadas para organizar o luteranismo no Brasil, o Sínodo Rio-Grandense, situado em São Leopoldo-RS, foi criado em 1886.

³ Apesar da formação alemã, Dohms nasceu no Brasil e iniciou seu pastorado em Cachoeira do Sul (RS). Tornou-se presidente do Sínodo Rio-grandense em 1935. Em minha dissertação (WERLE, 2014), verificamos o papel de mediador desempenhado pelo pastor Dohms entre o Secretário de Educação e Saúde Pública do RS e os pastores das comunidades locais durante a Campanha de Nacionalização.

direcionamento das ações burocráticas, como o canto do hino e a alteração no idioma após 1940, por exemplo, permitiram a reabertura da escola, que ainda contou com uma intervenção em 12 de setembro de 1941 quando, o até então “Colégio Lageadense”, alterou seu nome para Colégio Alberto Torres, “[...] considerando que este grande brasileiro, em virtude de seus imensos serviços prestados à Pátria, merece a justíssima honra de servir de patrono para um estabelecimento de ensino [...]”, como consta em ata analisada pela historiadora (FALEIRO, 2005, p. 63).

A fiscalização sobre os grupos escolares de Lajeado também é observada através das visitas de inspeção de um fiscal da nacionalização, que visava garantir que o vernáculo e a educação cívica estivessem sendo ensinados aos alunos. Vejamos dois destes atos de fiscalização nos dois Termos de Inspeção, a seguir:

Termo de Inspeção

Aos 14 dias do mez de Maio de 1940, as 10,30 horas fiscalizei esta aula particular de Alto Sampaio, 7º distº, regida pela professora Dª Rosa Z. D.(?). Estavam presentes 17 alunos de ambos os sexos, cujo adiantamento nas matérias de nacionalização é regular.

Alto Sampaio, 7º distº de Lajeado, 14 de maio de 1940. Prof. José (Fontoura?) - fiscal de nacionalização.⁴

Termo de Inspeção

Fiscalizei nesta data esta aula particular subvencionada de Sítio, 6º distº, regida pela professora Dª Josefina D.(?) e Silva. Estavam presentes 27 alunos de ambos os sexos, todos lecionando de acôrdo com as leis de nacionalização.

Picada Sítio, 8 de agosto de 1940. Prof. José (?), fiscal de nacionalização.⁵

Na documentação referente à Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB) de Lajeado, também observamos o autocontrole que as instituições deveriam ter em relação às atividades nas quais se usava o idioma alemão. Em um relatório produzido pela Igreja Evangélica num período posterior ao Estado Novo, verificamos o seguinte texto: “O jardim de infância, instalado em 1934 e mantido com dificuldades teve que ser fechado em 1940. Em consequência da nacionalização faltava uma pessoa competente para dirigi-lo. Mas em 1941 já pode ser reaberto.”⁶ A exigência de professores que ensinassem o vernáculo se tornava um problema para antigos professores, que muitas vezes perdiam seu emprego, como também

⁴ Termo de Inspeção, 14 maio 1940. Alto Sampaio, Lajeado. Arquivo Histórico Municipal de Lajeado. Livro nº0897.

⁵ Termo de Inspeção, 8 ago. 1940. Picada Sítio, Lajeado. Arquivo Histórico Municipal de Lajeado. Livro nº0924.

⁶ IECLB Estrela, relatório de autor desconhecido sobre a comunidade evangélica de Lajeado. Ano desconhecido, p.7.

para os alunos, que eram obrigados a lidar com a mudança abrupta de mudança do idioma, como podemos observar na narrativa de Walter⁷, ao lembrar de uma ocasião que envolvia um ex-colega:

Me lembro de um colega sim... Nessa época eu já tava aqui no São José, e ele, o meu colega, ele estudava no Alberto Torres [Colégio Lajeadense]. O jardim da casa dele dava pra atual rua Júlio de Castilhos, ali... E ele estava no jardim da casa dele falando com a mãe dele em alemão, que a mãe dele só falava alemão... E o delegado viu, tava passando na rua e viu, e prendeu o garoto. Não sei quanto tempo ele teve engaiolado, não sei se foi só um dia ou foi uma semana, isso eu não me lembro, mas eu me lembro que eu vi ele no pátio na cadeia sentado... Ele tinha a minha idade, isso deve ter sido lá por 41, 42. Mas era assim mesmo, na época era assim... era a época da ditadura, imagina o poder que um delegado tinha! Então eles faziam o que queriam e não acontecia nada... mas muita gente continuou falando alemão... Tava cheio de gente que não falava português, como a mãe desse garoto, como vai se comunicar, né?

A importância do aprendizado da língua nacional é, inclusive, exaltada em artigo enviado pela Agência Nacional ao semanário regional “O Taquaryense”⁸: “O que constitui a nacionalidade é propriamente a língua nacional. A morte de uma nação começa sempre pelo apodrecimento de sua língua”⁹. Esta frase, atribuída a Olavo Bilac é tomada, no texto, como uma “verdade fundamental, que o Estado Novo compreende e transforma em lema e inspiração de muitas iniciativas”. Ainda enaltecendo a língua nacional o texto expõe que “A boa linguagem, isto é, o idioma em sua formosura natural é uma das bases do nosso reerguimento”. Desprezar o culto à língua é tido como mau gosto pelo autor do texto, que considera isso com um ato de “dissolução” e “impatriotismo”.

Em relação às lembranças escolares sobre a década de 1940, Wally¹⁰ narra a situação em que uma professora questionava a nacionalidade dos alunos no Colégio Lajeadense: “Pra tu ver como eu era burrinha! Quando eu fui no colégio a professora perguntou ‘É da Alemanha?’ e eu apontei logo o dedo e disse ‘sou da

⁷ JAEGER, Walter. Entrevistadora: Bibiana Werle. Lajeado, 2013. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

⁸ O Taquaryense, um jornal de cunho familiar, é o segundo jornal mais antigo do Rio Grande do Sul em circulação. Fundado em 31 de julho de 1887 por Albertino Saraiva, em Taquari, é o único semanário no país que permanece sob o comando da mesma família e único na América Latina produzido artesanalmente através da utilização de tipos móveis metálicos.

⁹ “A boa linguagem como fundamento da reconstrução nacional” (O TAQUARYENSE, ano LIII, n. 2708, p. 1, 6 abr. 1940, MC).

¹⁰ LOHMANN, Wally Edel. Entrevistadora: Bibiana Werle. Lajeado, 2013. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

Alemanha!” (risos). Ao se lembrar da escola neste período, Delcia¹¹ comenta o medo que tinha da professora, o que demarca também a moralidade presente nas instituições de ensino da época: “Nós tinha medo da professora”. E Wally ressalta: “Professora falou, mãe falou, pai falou, era aquilo ali. Amém nós atrás. Sem gozação nem nada... Não existia isso... A palavra dos pais e da professora, meu Deus! Ela era majoritária. Isso era uma mulher fora de série, era um respeito que tinha.”.

Ao descrever em seus textos memorialísticos as alterações pelas quais passou o município de Lajeado durante o Estado Novo, Olavo Black (2004, p. 68) se refere às instituições escolares:

Nos educandários de maior expressão, foram introduzidos ‘professores de nacionalização’. Em localidades de menor porte, ditos doutrinadores, literalmente mesmo contra a vontade da comunidade, assumiam a direção das escolas, sob desapropriação, em detrimento do antigo professor.

No que tange à fiscalização escolar, Black escreve que

Em 1939, em Lajeado, a enviada governamental, sob este prisma, tentou impedir o Diretor Dick de lecionar ‘matérias de nacionalização’, como português, geografia e história. Arbitrariamente alegou que, pela nova lei, tais matérias deveriam ser ministradas por brasileiros e que ele era de *origem*. (BLACK, 2004, p. 68).

O rígido controle sobre as escolas mencionado por Black nos remete aos Termos de Inspeção reproduzidos anteriormente.

A visita dos fiscais de nacionalização também é lembrada pelos entrevistados, como narra Álvaro¹²:

E lembro então que veio uma fiscal da Secretaria da Educação para ver se ainda tinha livros alemães no colégio. O professor já tinha advertido: ‘não tragam nenhum livro em alemão’. E o professor também nos comunicou: ‘daqui pra frente não se pode dizer mais nenhuma palavra em alemão, né, e no recreio, não falem nenhuma palavra em alemão. Quem falar, me avisem, que eu vou dar um castigo pra não esquecer’. E o primeiro e o único que falou uma palavra em alemão foi o Souza (risos) o Lauro, nosso colega. Nós estávamos em redor de um poço, aí ele disse o seguinte: “olha um ‘frosch’

¹¹ FREITAS, Delcia Iací Lohmann. Entrevistadora: Bibiana Werle. Lajeado, 2013. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

¹² NOSCHANG, Álvaro R. Entrevistadora: Bibiana Werle. Estrela, 2010. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

[sapo, em alemão] (risos), pronto, então ele não pôde ir pro recreio no dia seguinte, né.

Tea também guardou na memória a fiscalização sob a qual a escola estava sujeita: “A escola já era governada por uma delegada, que foi por muitos anos delegada de ensino aqui em Estrela, que foi a Edite [?]. Ela visitava as escolas”.

Além das visitas de inspeção, segundo Black (2004, p. 69) “[...] a maioria das escolas foi obrigada a alterar sua denominação, pois não poderia permanecer nenhum vestígio de germanidade. Passou-se, assim, a homenagear grandes e desconhecidos vultos nacionais, sem afinidade e identidade com o local.” O culto à pátria é fortemente lembrado pelos entrevistados, que narram os momentos de “hora cívica” desenvolvidos nas escolas. De acordo com Antônio¹³:

O português e o patriotismo, isso tudo existia muito forte, hino nacional e as horas cívicas a gente fazia, era obrigatório fazer hora cívica. Mas o alemão não era proibido, até nós tínhamos aqueles primeiros livros com as duas línguas, traduzindo... por que em casa só se falava em alemão. Depois da guerra ainda vinham alunos que mal sabia dizer bom dia, pois em casa só falavam em alemão.

Walter reafirma: “Foi justamente o governo do Getúlio Vargas que estimulou isso. Tinha muito essa questão de civismo, paradas da juventude que dava na rua, a gente aprendia na escola a cantar os hinos... Era Hino Nacional, era Hino da Bandeira, Hino da Independência, enfim... (risos)”.

A programação da escola é lembrada por Herta¹⁴:

Na escola da Delfina também tinha hora cívica. Cantar o hino (pausa). Tinha uma hora de hora cívica por semana. Se iniciava com o hino e depois o professor explicava as coisas. Sobre o Brasil? Sim, a hora cívica era só sobre isso, o patriotismo. Iniciava com o hino nacional e o hino da bandeira, isso a gente sabia na ponta da língua.

Quando perguntados se tinham algo contra a hora cívica, os entrevistados expressavam que não, como podemos observar na fala de Antônio: “Não, o patriotismo funcionava bem, a hora cívica era toda em português: o hino nacional, o

¹³ BOHN, Antônio Victório. Entrevistadora: Bibiana Werle. Lajeado, 2010. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

¹⁴ BIRCK, Hertha Regina. Entrevistadora: Bibiana Werle. Estrela, 2010. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

hino à bandeira, o hino da independência... ‘já podeis da Pátria filhos’... aí nós não tínhamos nada contra”.

Tea, no entanto, demonstra como suas ideias em relação aos desfiles cívicos mudaram ao longo do tempo: “A gente quando era bem pequena achava aquilo o máximo, mas depois, quando a gente era grande achava aquilo um purgante! (risos)”.

Em relação aos efeitos da nacionalização forçada houve, como observamos, escolas que tiveram de fechar suas portas em função de não terem se adequados às determinações emanadas pela Secretaria de Educação e Saúde Pública. A respeito do Colégio Lajeadense, sobre o qual nos detivemos anteriormente, o memorialista Leandro Lampert (2011, p. 11) escreve:

Outra violência descabida foi o fechamento do Colégio Lajeadense, acusado de defender supostas ideologias nazistas. O Colégio Evangélico era bilíngue e nada mais do que isso. O aluno era instruído em todas as matérias em português e alemão. Tinha fama de disciplinador e de elevado nível didático. A comunidade inteira revoltou-se e o Colégio terminou reaberto, vigiado e trocando de nome para Colégio Alberto Torres.

Atingindo os campos mais íntimos da vida privada, as ações dos fiscais do governo tinham como objetivo “abrasileirar” os teuto-brasileiros via imposição, como podemos observar através das fontes enunciadas, que se reportam ao âmbito escolar. Para além desse aspecto, no entanto, a ideia de nacionalizar os imigrantes e seus descendentes também passava pelos ambientes dedicados à oração (instituições religiosas), ao divertimento (bailes), assim como pelo espaço mais reservado das pessoas, as suas próprias residências. Como podemos observar, ao reprimir a difusão de qualquer elemento identificado a uma germanidade, a Campanha de Nacionalização automaticamente proibiu deliberadamente a circulação do patrimônio cultural de caráter étnico nas regiões marcadas pela imigração. Para os imigrantes alemães e seus descendentes, o momento que se seguiu ao fim da Campanha ficou por certo tempo atrelado ao medo e ao trauma do autoritarismo a que se davam as ações.

Considerações finais

Analisar documentos e narrativas que se relacionam com a Campanha de Nacionalização em uma região específica do Rio Grande do Sul permite que tenhamos acesso a mais um dos focos onde as instâncias do governo brasileiro agiram com a finalidade estabelecer a imposição de uma identidade nacional sobre representações regionais e étnicas no país. Sendo que a eficiência efetiva da imposição de uma identidade nacional brasileira é uma questão que dificilmente pode ser encontrada no nível concreto dos documentos, é possível observar através dos relatos orais e memorialísticos que traços culturais não são algo tão simples de ser eliminados, mesmo que seja, ou talvez justamente, por ser via imposição. As identificações com as representações do Estado nacional brasileiro foram e vêm se dando naturalmente, mas as características que os descendentes de imigrantes alemães carregam consigo ainda possuem traços de identificação étnica que, por ser dinâmica, é elaborada e reelaborada de acordo com o contexto em que estes grupos se inserem.

Os acontecimentos documentados e narrados que são analisados neste trabalho demonstram como aquele passado em que a imposição de uma identidade nacional, que entrou em choque com uma identidade étnica teuto-brasileira, há tempos em elaboração, não fazia sentido para o grupo de descendentes de imigrantes alemães entrevistados no Vale do Taquari. Através das entrevistas, percebemos que a introdução de símbolos nacionais e do idioma português nas escolas, por exemplo, não foram rejeitadas pelo grupo de imigrantes alemães e seus descendentes. Ao contrário disso, podemos ver através das narrativas que não há manifestações em oposição ao que vinha sendo incorporado à sociedade, mas sim à maneira como era imposto. As mudanças que o Estado Novo implementou ocorreram de forma abrupta e não deram margem para uma adaptação que ocorreria, mais cedo ou mais tarde, de maneira natural por aqueles que eram considerados “não assimilados” pelo regime.

Referências Bibliográficas

AHLERT, L.; GEDOZ, S. T. Povoamento e desenvolvimento econômico na região do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul – 1822 a 1930. **Estudo e Debate**, Lajeado, ano 8, n. 1, 2001, p. 49-91.

BLACK, Olavo. **Colinas da Esperança**: Conventos – 150 anos de história. Lajeado: Evangraf, 2004.

FALEIRO, Silvana R. **Colégio Evangélico Alberto Torres**: memórias e história. Lajeado: Univates, 2005.

GERTZ, René E. **O Perigo Alemão**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1991.

LAMPERT, Leandro. **“Muita coisa para contar... crônicas da minha infância”**. Lajeado: Evangraf, 2011.

SILVA, Haike Roselane Kleber da. A Identidade Teuto-brasileira Pensada pelo Intelectual Aloys Friederichs. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 12, n. 21/22, p. 295-330, jan./dez. 2005.

WERLE, Bibiana. **A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)**. Porto Alegre: UFRGS, Dissertação (Licenciatura em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

Fontes Orais – Entrevistas

BIRCK, Hertha Regina. Entrevistadora: Bibiana Werle. Estrela, 2010. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

BOHN, Antônio Victório. Entrevistadora: Bibiana Werle. Lajeado, 2010. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

JAEGER, Walter. Entrevistadora: Bibiana Werle. Lajeado, 2013. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

LOHMANN, Wally Edel. Entrevistadora: Bibiana Werle. Lajeado, 2013. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

FREITAS, Delcia Iací Lohmann. Entrevistadora: Bibiana Werle. Lajeado, 2013. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

NOSCHANG, Álvaro R. Entrevistadora: Bibiana Werle. Estrela, 2010. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.